

## CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

### Considerando que:

- I. O Município da Póvoa de Lanhoso dispõe, nos termos do artigo 23.º número 2 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, de atribuições no domínio dos tempos livres e desporto;
- II. É competência da Câmara Municipal, conforme estatuído pela alínea u) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;
- III. A concretização de uma política integrada de desenvolvimento desportivo, em que os índices de prática nas diversas vertentes do fenómeno desportivo possam alcançar padrões e objetivos, clara e inequivocamente, definidos exige a conjugação e coordenação de esforços das diversas entidades públicas e privadas, potencialmente vocacionadas e/ou com responsabilidade e atribuições no âmbito desportivo, desta forma se permitindo a criação e o desenvolvimento das condições legais, orgânicas e materiais que melhor se adequem aos objetivos pretendidos;
- IV. O concelho da Póvoa de Lanhoso tem assistido, ao longo dos últimos anos, ao lançamento e promoção de novas modalidades desportivas.
- V. A Câmara Municipal tem procurado incentivar, através de apoios diversos a manutenção e desenvolvimento dessas modalidades, na certeza de que o desporto e o Concelho beneficiam dessa dinâmica desportiva;
- VI. Assente numa política estratégica de desenvolvimento, melhoria e valorização qualitativa das diversas atividades a Câmara Municipal vem estabelecendo diversas

parcerias no âmbito de desenvolvimento das atividades desportivas que traduzem uma excelente sinergia;

- VII. A Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, na sua redação atual, que define as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto, instituiu a celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, regulados nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual, a qual estabelece o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, objetivando a salvaguarda das relações instituídas e dos apoios prestados;
- VIII. O Sport Clube Maria da Fonte nos termos das respetivas disposições estatutárias e regulamentares, tem por objetivo o fomento da prática desportiva da população em geral.

**ENTRE:**

O **MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO**, com sede na Avenida da República, pessoa coletiva n.º 506 632 920, representado neste ato pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, Frederico de Oliveira Castro, adiante designado abreviadamente por **MUNICÍPIO** ou **Primeiro Outorgante**;

**E**

O **SPORT CLUBE MARIA DA FONTE**, representado neste ato pelo seu Presidente da Direção Amaro Leite, adiante designado abreviadamente por **SCMF** ou **Segundo Outorgante**.

É mutuamente aceite e reciprocamente celebrado o presente contrato-programa, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

**CLAÚSULA PRIMEIRA**

**Objeto**

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo tem por objeto o incentivo e a cooperação financeira entre os representados de ambos os outorgantes.

## **CLAÚSULA SEGUNDA**

### **Obrigações do SCMF**

Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações do SCMF entregar ao MUNICÍPIO, até ao final da vigência do presente contrato de patrocínio desportivo, um relatório pormenorizado da atividade desportiva realizada.

## **CLAÚSULA TERCEIRA**

### **Obrigações do MUNICÍPIO**

1. Para prossecução do programa de desenvolvimento desportivo o MUNICÍPIO compromete-se a prestar apoio financeiro ao SCMF, através da atribuição de um subsídio no montante de **43.500,00€ (quarenta e três mil e quinhentos euros)**.
2. A verba referida no número anterior será liquidada da seguinte forma, o valor de **23.100,00€ (vinte e três mil e cem euros)** até ao final de 2023 e o valor de **20.400,00€ (vinte mil e quatrocentos euros)** em seis prestações, de janeiro a junho de 2024, no valor unitário de **3.400,00€ (três mil e quatrocentos euros)**.
3. O valor transferido destina-se a todas as secções do SCMF, nomeadamente:
  - a) Para a Secção de Pesca do SCMF é afeta a verba de **2.000,00€ (dois mil euros)**;
  - b) Para a Secção de Veteranos do SCMF é afeta a verba de **1.500,00€ (mil e quinhentos euros)**.
4. O MUNICÍPIO concede outros apoios, designados por apoios em espécie, como sendo, a manutenção do relvado do Campo de Jogos do SCMF, a cedência a título gratuito, de Espaços Desportivos, tal como o Pavilhão da Escola Secundária e o Pavilhão 25 de abril e ainda o Campo de Jogos Municipal, podendo, neste último, fazerem uso do Bar e da Bilheteira, em proveito do SCMF, o que perfaz um total estimado de **100.000,00€ (cem mil euros)**.

## **CLÁUSULA QUARTA**

### **Afetação da verba**

A verba atribuída no âmbito do presente contrato programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo o SCMF utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa

O acompanhamento e controlo deste contrato-programa são feitos pelo MUNICÍPIO, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### Obrigações do SCMF

Após a celebração deste contrato-programa, e durante a vigência do mesmo, o SCMF compromete-se a:

- a) Afetar, exclusivamente o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Cumprir com as suas obrigações fiscais e para com a segurança social;
- c) Participar, de forma organizada, em atividades e eventos desportivos promovidos pelo MUNICÍPIO da Póvoa de Lanhoso;
- d) Incluir, em todos os meios de promoção e divulgação dos seus jogos/atividades desportivas, o apoio do MUNICÍPIO da Póvoa de Lanhoso, com o logotipo "MUNICÍPIO Amigo do Desporto", conforme maquete entregue na formalização do presente contrato em suporte digital;
- e) Colocar uma lona cedida pelo Município nos locais ou recintos desportivos com a seguinte designação "MUNICÍPIO Amigo do Desporto" a qual deve permanecer no recinto desportivo enquanto durar o respetivo contrato-programa de desenvolvimento desportivo;
- f) Entregar aos atletas e/ou encarregados de educação a informação do apoio concedido pelo MUNICÍPIO no âmbito do programa de apoio ao desenvolvimento desportivo sob pena de lhes vir a ser cancelado o referido apoio, **Anexo I**;

- g) Incentivar e promover o espírito desportivo e o espírito cívico e de responsabilidade social junto dos seus atletas;
- h) Proceder em conformidade com o disposto do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 outubro, na sua redação atual;
- i) Prestar ao MUNICÍPIO todas as informações solicitadas acerca da execução do contrato, conforme disposto no n.º3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual;
- j) Incluir nos seus relatórios anuais uma referência expressa do presente contrato, conforme disposto no n.º4 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual;
- k) Enviar ao MUNICÍPIO, um relatório final sobre a execução do presente contrato, conforme o disposto no n.º 5 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

##### **Acompanhamento e controlo da execução do Contrato-Programa**

O MUNICÍPIO fiscaliza a execução do presente contrato programa podendo realizar, para o efeito, inspeções e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por uma entidade externa nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual.

#### **CLÁUSULA OITAVA**

##### **Incumprimento do Contrato-Programa**

1. O incumprimento culposo por parte do SCMF confere ao MUNICÍPIO o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas;
2. Nos demais casos não referidos no número anterior, o incumprimento confere ao MUNICÍPIO apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação;
3. No caso de haver lugar à restituição de quantias nos termos dos números anteriores, o SCMF não poderá beneficiar de novas participações financeiras enquanto não proceder à sua reposição;

4. Sem prejuízo da responsabilidade do SCMF, os membros dos respetivos órgãos de gestão só respondem pelo reembolso das quantias aplicadas a fins diversos dos fixados no contrato-programa quando se prove ter havido da sua parte atuação dolosa ou fraudulenta.

#### **CLÁUSULA NONA**

##### **Revisão**

A revisão ou cessação do presente contrato aplica-se o regime jurídico aplicável, designadamente, o disposto nos artigos 21.º e 26.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA**

##### **Período de execução e cessação**

O prazo de execução do presente contrato-programa corresponde ao período da Época Desportiva 2023/2024, cessando a sua vigência quando:

- a) O MUNICÍPIO exerça o direito de resolução do contrato;
- b) Por causa não imputável ao SCMF se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA**

##### **Resolução de litígios**

1. Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo de ambas as partes;
2. Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem;
3. Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA**

##### **Regime aplicável**

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual.

### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

#### Publicitação

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua publicitação.

Os encargos resultantes do presente contrato serão satisfeitos pelo orçamento nas correspondentes classificações orgânica e económica, correspondendo ao compromisso de fundo disponível n.º 2023/2024 conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-lei n.º 127 /2012, de 21 de junho, na sua redação atual.

**O presente contrato é feito em duplicado, corresponde à vontade das partes, que declaram aceitar o seu conteúdo, pelo que vai ser assinado e rubricado, pelos respetivos representantes legais, destinando se um exemplar a cada uma das partes.**

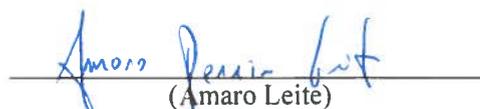
Póvoa de Lanhoso, 7 de dezembro de 2023.

**O Presidente da Câmara Municipal**



(Frederico de Oliveira Castro)

**O Presidente da Direção**



(Amaro Leite)



# DESPORTO

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO



## Caros e caras pais e mães,

Com o objetivo de promover o desenvolvimento gradual e harmonioso da melhoria das condições de vida da população, nomeadamente nas vertentes da educação, desporto e tempos livres, a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso vem estabelecendo diversas parcerias que visam apoiar a realização das atividades desportivas e recreativas por parte das associações e coletividades do nosso Concelho.

Através da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com os clubes e associações desportivas, o Município pretende diversificar a oferta de modalidades, estimular e apoiar as camadas jovens e escalões de formação bem como colaborar com a promoção de competições e eventos desportivos.

Este ano, celebramos contratos de desenvolvimento desportivo com os/as seguintes clubes e associações:

Associação de Futebol de Braga, Associação de Basquetebol de Braga, Associação Cultural e Desportiva de Serzedelo, Emilianos Futebol Clube, Fintas Foot Academia, Grupo Desportivo de Porto D'Ave e Sport Clube Maria da Fonte.

O apoio financeiro atribuído pela Autarquia à Associação de Futebol de Braga destina-se a:

- Pagamento de 25 inscrições, na Associação de Futebol de Braga, por escalão;
- Pagamento do seguro dos atletas;
- Pagamento dos cartões de jogador;
- Pagamento da taxa de transferência, sempre que um atleta transita de outro clube;
- Pagamento da inscrição, seguro e cartão dos agentes desportivos responsáveis pelos atletas;
- Pagamento das taxas de filiação de uma equipa de cada escalão de formação;
- Pagamento das taxas de arbitragem de todos os jogos de futebol dos escalões de formação da época desportiva.



O apoio financeiro atribuído pela Autarquia à Associação de Basquetebol de Braga destina-se a:

- Pagamento das inscrições dos atletas na Associação de Basquetebol de Braga;
- Pagamento do seguro dos atletas;
- Pagamento das inscrições dos treinadores de todos os escalões;
- Pagamento das inscrições das equipas na Associação de Basquetebol de Braga;
- Pagamento da taxa de filiação do clube;
- Pagamento das taxas de arbitragem de todos os jogos de basquetebol da época desportiva.

Para além destes apoios, é também atribuído um apoio financeiro a cada Clube Desportivo do nosso Concelho.

O Município disponibiliza ainda os Pavilhões Desportivos e o Campo Municipal, sem qualquer custo para os Clubes.

O Município assume também todos os trabalhos inerentes à manutenção dos relvados (naturais ou sintéticos) assim como reparações e melhoramentos.

Reconhecendo o papel crucial do desporto para a formação de cidadãos e cidadãs e que, nesta área, a missão da Autarquia é incentivar à prática desportiva, apoiando coletividades e famílias, é nosso propósito continuar a trabalhar para generalizar o acesso das nossas crianças e jovens ao desporto, sem que isso signifique onerar os orçamentos familiares.

**Por isso, somos um Município Amigo do Desporto**

